

A TV Escola e o Proinfo: trajetórias de políticas públicas de incentivo e gestão das TIC no Brasil

The TV School and the Proinfo: Trajectories of public policies of incentive and management of ICT in Brazil

La TV Escuela y Proinfo: política pública trayectorias de incentivos y gestión de las TIC en Brasil

Márcia Alves de Carvalho Machado¹

Luciano Matos Nobre²

Ada Augusta Celestino Bezerra³

Resumo: Este artigo analisa a trajetória de duas importantes políticas públicas brasileiras voltadas para a adoção das TIC na educação: a TV Escola e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), que emergiram no contexto da década de 1990 sob novos paradigmas de gestão e ainda se encontram em execução nos dias atuais. Trata-se de estudo de revisão crítica, delineado como pesquisa qualitativa, na qual foram utilizados os procedimentos de levantamento bibliográfico e documental. Constatou-se que, ambas as políticas, geraram importantes ações estratégicas do Governo Federal voltadas para a adoção e o uso das TIC e que a ressignificação dada ao longo de suas trajetórias potencializa sua importância na educação, ao mesmo tempo em que reflete as mudanças ocorridas progressivamente na visão de mundo dos gestores que interferiram de modo significativo no processo educacional e em seus resultados.

Palavras-chave: Incentivo. Proinfo. Ressignificação. TIC. TV Escola.

Abstract: This article analyzes the trajectory of two important Brazilian public policies aimed at the adoption of ICT in education: the TV School and the National Program of Educational Technology (Proinfo), which emerged in the context of the 1990s under new management paradigms. Currently running. This is a critical review study, outlined as a qualitative research, in which the bibliographic and documentary survey procedures were used. It was found that both policies generated important strategic actions of the Federal Government aimed at the

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Tiradentes/SE. Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes/SE. Atua na linha de pesquisa Educação e Formação Docente. Bolsista PROCAPS/UNIT. Integra o Projeto de Pesquisa coordenado pela Profª Drª Ester Fraga Vilas-Boas Carvalho do Nascimento, intitulado Brasil, Portugal e Inglaterra: circulação de impressos protestantes e outros impressos durante a segunda metade dos Oitocentos (Edital MCT/CNPq 02/2009, pelo Edital Universal CNPq 14/2011. Pesquisadora voluntária do Programa Observatório da Educação da CAPES/INEP pelo Projeto TRANSEJA2/Unit. E-mail: mac_machado@hotmail.com.

² Doutorando em Educação pela Universidade Tiradentes/SE. Mestra em Educação pela Universidade Tiradentes/SE. Especialista em Pedagogia Empresarial-Faculdade Atlântico-SE, Docência e Tutoria em Educação a Distância-Unit-SE. Graduado em Licenciatura em Sociologia-Universidade Federal de Sergipe. Atua na linha de pesquisa Educação e Comunicação. Integrante do Grupo de Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP/Unit/CNPq) e do Grupo de Estudos e Pesquisa, Comunicação, Educação e Sociedade (GECES/Unit/CNPq)/Bolsista CAPES/FAPITEC-SE. E-mail: nobre_matos_luciano@yahoo.com.br.

³ Pós-Doutora Sênior em Educação pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Mestra em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas-RJ. Pedagoga, Professora do Mestrado em Educação do PPED-UNIT e do Curso de Pedagogia da UNIT. Atua na linha de pesquisa Educação e Formação Docente. Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professores (GPGFOP/UNIT/CNPq). Coordenadora do Observatório de Educação da UNIT/CAPES. Coordenadora Local do Doutorado, em Exercício, DINTER/PUCRS/UNIT. E-mail: adaaugustaeduc@gmail.com.

adoption and use of ICT and that the re-signification given throughout their trajectories enhances their importance in education, while at the same time reflecting the changes that have taken place progressively in the world view of managers that have interfered significantly in the educational process and its results.

Keywords: *Incentive. Proinfo. Re-signification. ICT. TV School.*

Resumen: *En este artículo se analiza la historia de dos importantes políticas públicas brasileñas para la adopción de las TIC en la enseñanza: la TV Escuela y Programa Nacional de Tecnología Educativa (Proinfo), que surgió en el contexto de la década de 1990 bajo nuevos paradigmas de gestión y todavía se están ejecutando en la actualidad. Se trata de estudio de revisión crítica, diseñado como una investigación cualitativa, en la que se utilizaron procedimientos de la literatura y documentos. Se encontró que tanto las políticas han generado importantes acciones estratégicas del gobierno federal destinados a la adopción y uso de las TIC y la reformulación dado a lo largo de sus trayectorias aumenta su importancia en la educación, al tiempo que refleja los cambios ocurridos progresivamente en la visión del mundo de los gerentes que interfiere significativamente en el proceso educativo y los resultados.*

Palabras-chave: *Incentivo. Proinfo. Replanteando. TIC. TV Escuela.*

Introdução

A partir de 1990 as políticas públicas no Brasil passaram a ser implementadas de forma mais eficaz, incluindo-se as educacionais, momento no qual se efetivou um extenso programa de reformas educativas pelo Governo Federal. A prioridade proclamada naquela década era assegurar o acesso e a permanência na escola, e entre as linhas de ação foram implantados programas visando à aceleração de aprendizagem, a produção e distribuição do livro didático, o financiamento, a capacitação de gestores municipais, bem como a construção e aplicação dos instrumentos avaliativos da educação nacional. Os programas em geral destinavam-se aos dois níveis de educação, básica e superior, e, entre eles, já se inseriam aqueles voltados para a inclusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC), alguns atualmente em vigor, embora ressignificados e com outras denominações.

Embora tais reformas denotem um amadurecimento do poder público em favor do reconhecimento das conquistas obtidas pela sociedade civil e movimentos sociais frente ao direito à educação, referendado pela Constituição de 1988, é necessário também reconhecer que elas estavam inseridas no contexto global de emergência das políticas neoliberais que passaram a ser desenvolvidas no Brasil, mais enfaticamente, àquela década. Até mesmo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), na qual se assentam os programas mencionados, foi aprovada nesse contexto e se configura, na opinião de diversos estudiosos da educação a exemplo de Zanetti (1997), Saviani (2008) e Mercado et al (2007), como uma política neoliberal.

Nessa perspectiva, é preciso considerar algumas das características marcantes do neoliberalismo, as influências das parcerias estabelecidas pelo poder público com as empresas privadas, que auxiliam aos governos na consecução de tais programas, e as determinações dos organismos internacionais que exercem interferências diretas na atuação governamental brasileira, impactando as ações do Estado, ou seja, as políticas públicas. Nos discursos orientadores desses organismos são evidenciadas necessidades do Brasil, como as de implantar políticas visando à melhoria da gestão, alocar recursos e alcançar o desenvolvimento sustentável. Constata-se em Zanetti (1997) as influências mencionadas, em particular as exercidas pelo Banco Mundial que, à época, estabeleceu algumas ações a serem seguidas pelo país, a exemplo da melhoria das habilidades dos professores em técnicas de sala de aula, via capacitação em sala e à distância, de modo a elevar a capacidade de gerenciamento setorial, fortalecendo os sistemas de avaliação e informação.

Considera-se ainda, no limite e alcance do campo educacional, que as orientações dos organismos internacionais aos países periféricos tendiam a responder à crise estrutural do capitalismo dos anos de 1970, pela perspectiva da educação ser considerada como uma importante fronteira econômica a ser explorada, por sua funcionalidade, útil ao capital, na formação de novos trabalhadores adequados em conhecimentos e técnicas, às novas exigências produtivas e organizacionais do contexto da reestruturação dos processos produtivos (crise do fordismo e advento do toyotismo), como demonstram Mota Jr; Maués, (2014).

Na atualidade, soma-se a esses aspectos na formulação das políticas dos países periféricos, como é o caso do Brasil, a pressão por formar cidadãos que estejam capacitados conforme as demandas impulsionadas pelas transformações da sociedade, entre essas o crescente e contínuo desenvolvimento das tecnologias e a dinâmica de evolução dos processos produtivos.

No contexto exposto, esta investigação se propôs a analisar a trajetória das políticas públicas voltadas para a adoção das TIC na educação no Brasil, a TV Escola e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo), surgidos na década de 1990, sob o novo paradigma de gestão do mundo do trabalho (acumulação flexível) e que ainda se encontram em execução. A perspectiva da abordagem utilizada é a sociologia crítica, na busca de desvendar os valores e visões de mundo que se encontram explícitos e implícitos na ação do Estado na implantação e execução de tais políticas.

Metodologicamente tratou-se de estudo de revisão crítica, delineado por pesquisa qualitativa, na qual foram utilizados os procedimentos de levantamento bibliográfico e documental. O exame de materiais de natureza diversas, incluindo documentos, possibilita o tratamento analítico tanto para aqueles que nunca foram examinados como para um reexame dos que já foram fontes de outras pesquisas. Os documentos examinados foram os textos legais e relatórios de gestão das políticas, objetos desta pesquisa.

Pretende-se, como contributo, ampliar os estudos sobre as políticas públicas que visam à adoção das TIC na educação brasileira e que se encontram em execução há mais de uma década no país, na perspectiva de analisar essas políticas e aprofundar os estudos realizados na linha de pesquisa Políticas Públicas do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão Socioeducacional e Formação de Professor (GPGFOP) apoiado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPED) da Universidade Tiradentes.

Reformas Educacionais no Brasil, o Novo Paradigma de Gestão e a Adoção das TIC

Na concepção de Ball (1994) o aparecimento de políticas nacionais dá-se como um processo de bricolagem através de empréstimo, cópia de fragmentos e ideias de outros contextos culturais. Grande parte das políticas é retrabalhada e recriada nos contextos da prática. A preocupação encontra-se na educação, no setor de serviços públicos e em estratégias de reformas genéricas, com a instalação de um conjunto de tecnologias de políticas, que promovem e produzem novos valores, relações e subjetividades nas arenas das práticas.

Não estou argumentando aqui a favor de uma convergência “simples” – políticas detalhadas no nível da estrutura, pedagogia ou currículo -, mas sim, pretendo fazer uma afirmação ousada, ou melhor, pretendo, na verdade, fazer duas afirmações. A primeira é que no nível micro, em diferente Estado Nação, novas tecnologias de políticas têm produzido novas formas e disciplina (novas práticas de trabalho e novas subjetividades de trabalhadores). A segunda é que, no nível macro, em diferentes Estados Nação, estas disciplinas geram uma base para um novo ‘pacto’ entre Estado e o capital e para novos modos de regulação social que operam no Estado e em organizações privadas (BALL, 2001, p. 103).

Apesar da variação na cadência, grau, intensidade e hibridismo na implementação das políticas definidas como novas tecnologias de políticas, elas são oriundas de um mesmo conjunto flexível de políticas que são enfatizadas e inseridas, com outras diferenciações em circunstâncias e locais diversificados.

O novo paradigma da gestão pública exige, até os dias atuais, chama a atenção para: resultados de eficiência e eficácia; substituição de estruturas organizacionais; flexibilidade na provisão e regulação pública com resultados expressos em custos; fortalecimento de estratégias do poder central com custos reduzidos. A complexidade dessas reformas configura-se como um conjunto de políticas tecnológicas ao relacionarem novos mercados em uma gestão com performantividade, em mudanças na natureza do próprio Estado. São processos direcionados à regulação, que não representam o abandono do Estado do controle e sim uma novo modelo de controlar. O novo paradigma caracteriza-se como um pacote de reformas, que podem ser em diferentes locais enfatizadas ou relegadas a um segundo plano, em que os processos de implementação requerem uma análise ao tempo e da sua relação com uma variedade de elementos. As reformas não se restringem à introdução de novas estruturas e incentivos; elas trazem novas culturas e valores.

As tecnologias de políticas envolvem a implementação calculada de técnicas e artefatos para organizar as forças e capacidades humanas em redes funcionais de poder. Muitos distintos elementos encontram-se inter-relacionados no seio destas tecnologias, envolvendo formas arquiteturais, relações de hierarquia, procedimentos de motivação e mecanismos de reformação ou terapia (BALL, 2001, p.105/106).

Avançando da concepção explicitada por Mota Jr. e Maués (2014) verifica-se que o “mercado da educação” passa a ter uma nova base de propósito associado aos pragmatismo e auto interesse, na qual perdem espaço a ética e o julgamento profissional na nova linguagem de organização. Mercados e sistemas de competição e escolha, em suas operações, (re) processam com os seus próprios atores-chave em que famílias, crianças e educadores, passam a exigir que as instituições utilizem novos sistemas de preocupações extrínsecas e que (re) configurem e (re) valorizem o significado da educação; assim, o mercado da educação (des) socializa e (re) socializa a criação de novas identidades e elimina a sociabilidade, produzindo o individualismo e a competição.

No contexto desse ambiente associado à moral, o estudante é mercantilizado e posicionado, avaliado quanto às diferenciações na educação em que o processo da competição institucional leva a uma economia do valor com a classificação do estudante. O recrutamento tem um direcionamento ao financiamento com indicadores de desempenho para o mercado. Nesses processos, dinâmicas de escolha e competição geram novos currículos (formal, real e oculto). O conceito e o propósito educacional e a natureza das

relações sociais professor - estudante - comunidade escolar são direcionados pelas forças do mercado com sua implementação e especificidade aos ambientes institucionais.

Estas forças de mercado tenderam marcadamente a partir da década de 1990 a confluir para uma sociedade tecnologizada, na qual a escola assume função mediadora na busca de propiciar conhecimentos e técnicas necessários à adaptação das novas gerações a esse novo contexto.

Diante dessa nova realidade o Brasil passou a adotar a inclusão das TIC na educação pela via de políticas educacionais, implementando, a partir da mesma década, através de uma série de reformas em diversos setores, entre eles o de educação, que se fundamentava, em sua base, nas então recentes mudanças constitucionais; com o advento da Constituição de 1988 e, também, sob a influência do novo paradigma de gestão tão claramente explicitado por Ball (2001). Esse novo modelo impulsionou a educação para uma revisão dos processos educacionais e da visão de mundo, em especial pela adoção de uso das tecnologias em diversos processos realizados na e pela sociedade.

Silva (2014) retrata que as tecnologias foram além das fábricas e parques industriais, integrando nosso cotidiano com a sua presença em diversos setores das instituições sociais, inclusive no espaço educacional. A implementação das tecnologias nas escolas do Brasil tem o seu marco na década de 1980, com o projeto Educação e Comunicação (EDUCOM), originado pela Comissão Especial de Informática da Educação (CE/IE) desenvolvido em cinco universidades públicas como objetivo de formar centros de discussão e desenvolvimento das pesquisas e o uso do computador no ensino e aprendizagem.

Em 1987, ainda seguindo uma política de formação para o uso das tecnologias na escola, foi criado o Projeto Formar, atendendo a uma recomendação do Comitê Assessor de Informática e Educação do Ministério da Educação (CAIE/MEC), sob a coordenação do núcleo de Informática Educativa da Universidade de Campinas (NIED/UNICAMP) (SILVA, 2014, p.90/91).

A partir desse período passou a ser inevitável deixar de adotar a utilização da TIC no ambiente escolar, não apenas por sua emergência nos diversos processos que se realizam na sociedade, socialização, comunicacional, educativo, produtivo, entre outros, como também pelas determinações legais que organizam a educação nacional, sendo a principal delas a LDB 9.394/1996. As alterações e complementações a essa legislação que se seguiram, têm incorporado progressivamente o uso das TIC nos diversos processos que se efetivam no

contexto educacional, não apenas no ensino, mas também na formação inicial e continuada dos professores.

Destacamos no processo de ensino na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica a alteração conferida pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que redimensionou, institucionalizou e integrou as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da própria educação profissional e tecnológica; a Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e que, entre outros aspectos, estabelecem a base nacional comum e a parte diversificada do currículo “[...] organicamente planejadas e geridas de tal modo que as tecnologias de informação e comunicação perpassem transversalmente a proposta curricular, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, imprimindo direção aos projetos político-pedagógicos” (BRASIL, 2010, p. 6).

Na formação inicial e continuada dos professores, a Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009, alterou a LDB 9.394/1996, acrescentando ao artigo 62, os parágrafos 2º e 3º, pelos quais estabeleceu que na formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão ser utilizados recursos e tecnologias de educação a distância, embora sendo dada preferência ao ensino presencial, e de maneira subsidiária ao uso de recursos e tecnologias de educação a distância.

Mais recentemente no Brasil, as alterações conferidas ao Art. 36 dessa LDB, relativas ao Ensino Médio, incluídas pela Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, aproximam ainda mais a educação, nesse caso no nível fundamental, às demandas do mercado de trabalho ao definir que na composição da Base Nacional Comum Curricular dessa modalidade sejam enfatizadas cinco áreas de conhecimento ou de atuação profissional, entre elas no Inciso V - formação técnica e profissional, e ao flexibilizar pelo § 11 do mesmo artigo, que ficará a critério dos sistemas de ensino esta oferta de formação, devendo ser consideradas

I - a inclusão de experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional;

II - a possibilidade de concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade (BRASIL, 2016).

Mantem-se pelo Art. 35 da mesma lei como das finalidades do ensino médio a preparação básica para o trabalho e a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, a serem contemplados no ensino de cada disciplina.

Como se verifica nas determinações legais, consubstanciadas através da ação do Estado via políticas públicas, estreita-se o vínculo com o trabalho na educação, na etapa fundamental e permanece o estímulo à consolidação das TIC nos processos educativos. Espera-se que esse estreitamento não implique o afastamento dos educandos de uma das finalidades precípua da educação básica, que é a sua progressão em estudos posteriores, ou seja, até o nível da educação superior.

Com relação às tecnologias, entendemos que a implementação calculada do uso das TIC no ensino (re) configura e (re) valoriza e (re) significa a educação, criando novas identidades, na busca da inserção crítica e participativa dos educandos na sociedade tecnologizada. Assim, cabe, nesse contexto, compreender tais políticas que foram implementadas a partir desse novo paradigma e que permanecem até a atualidade.

TV Escola e Proinfo: Políticas Brasileiras de Incentivo às TIC

Nunes (2015) relata que no início da década de 1970, o Estado do Bem-Estar Social exercia o controle em suas diretrizes e uma relação direta ao desenvolvimento em aspectos sociais e econômicos, nessa época o Estado tinha uma função de garantir os serviços e benefícios sociais a uma perspectiva da qualidade de vida em termos sociais. A crise do cenário internacional a partir da década de 1970 mostra o colapso do Estado de Bem-Estar.

O quadro da crise foi confirmado pela aceleração da inflação, desemprego e pelo baixo crescimento econômico. O Estado de Bem-Estar foi entendido como o responsável – através de suas políticas sociais e investimentos em políticas de beneficiamento no setor público – pelo fraco desenvolvimento da economia (NUNES, 2015, p. 49).

É o momento em que se inicia à propagação da ideologia neoliberal, com restrições às funções antes exercidas pelo Estado. Em um período de crise no cenário internacional, o Brasil procurou atender às exigências do mercado; a determinação passou a influenciar o modelo tecnicista com os acordos do Ministério da Educação (MEC) e United States Agency

International Development (USAID) e a centralização em racionalidade, eficiência e produtividade inseridas na pedagogia tecnicista.

O Brasil assumiu o compromisso ao crescimento e qualidade de vida à população que amparava à caracterização do lucro do capital. Era uma época em que o Brasil tinha o Ministério das Comunicações através do Decreto-Lei 236/1967, na responsabilidade de desenvolver as políticas de comunicação e possuía a contribuição da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) com a dimensão de redes telefônicas e o aparecimento de uma rede nacional de televisão.

O MEC e a USAID, estabelecem convênios direcionados à assistência técnica e financeira à educação do Brasil, com a função de diretrizes políticas com o propósito de adequar a educação aos fins da economia internacional. À condição brasileira em relação ao contexto internacional, levou ao caminho da informatização com a adoção e estabelecimento de políticas públicas e construção de uma sociedade em modelos científicos e tecnológicos.

Destaca Nascimento (2007) que diversas políticas públicas, organizadas em programas ou projetos, foram implementadas na linha de ação do Estado, em âmbito local e nacional, com fins de adoção de tecnologias de informação e comunicação na educação. Algumas dessas medidas iniciaram em décadas anteriores às reformas de 1990, sendo temporárias, quanto aos projetos e programas implantados ao final da década de 1980:

Projeto Educom, que iniciou pesquisas sobre o uso de computadores na educação brasileira, tendo como pioneiras nessas pesquisas a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Alguns núcleos de computação foram criados a fim de desenvolver o uso da informática como tecnologia educacional.

Projeto Formar fruto de uma recomendação do Comitê Assessor de Informática e Educação (CAIE), subordinado ao Ministério da Educação (MEC), esteve “[...] sob a coordenação do Nied/Unicamp e ministrado por pesquisadores e especialistas dos demais centros-piloto integrantes do Projeto Educom [...]” (NASCIMENTO, 2007, p. 22), iniciado ao final da década de 1980 e que pretendeu capacitar professores dos sistemas de ensino estaduais para o uso da informática nas escolas, uma vez que o país não dispunha de conhecimento técnico-científico na área, tendo como esboço um curso de especialização modular de 360h e atingindo cerca de 150 profissionais de diversos estados; e o Programa Nacional de Informática na Educação (PRONINFE), em âmbito nacional, efetivado em 1989

pela Portaria Ministerial nº 549/GM, com a finalidade de desenvolver a informática educativa nos pais, visando apoiar o desenvolvimento e a utilização da informática nos ensinamentos de básico ao superior e na educação especial, fomentando a infraestrutura de suporte, a consolidação e a integração das pesquisas, a capacitação contínua e permanente de professores, como também a criação de uma estrutura de núcleos distribuídos geograficamente pelo país e a capacitação nacional por meio de pesquisa e formação de recursos humanos (NASCIMENTO, 2007).

Agregou-se ao influxo dessas ações a realização da Conferência Mundial Educação para Todos desenvolvida na Tailândia (1990) que buscou estimular e intensificar o avanço das TIC na educação. Determinando como um dos requisitos de desenvolver uma política contextualizada de apoio que se possibilita estabelecer, em cada nível da educação, um contato estreito com o conhecimento tecnológico e científico contemporâneo e propondo como ação prioritária dos governos nacionais, que são os principais responsáveis pela coordenação do uso dos recursos internos e externos, a fim de que sejam aperfeiçoadas às capacidades não só gerenciais e analíticas, mas também tecnológicas. Tendo ainda como perspectiva dessas adoções, em particular para educação básica, a melhoria da qualidade e da oferta mediante a utilização cuidadosa das tecnologias educativas.

Em 1996 foi criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Decreto nº 1.917, de 27 de maio. A SEED foi considerada um agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, tendo a função de fomentar a incorporação das TIC e das técnicas de educação à distância aos métodos didáticos pedagógicos. O primeiro recurso multimídia utilizado na educação foi a TV. Em 1991 já havia sido

[...] veiculado pela TVE Brasil, para seis estados brasileiros, a educação inicial “Jornal da Educação – Edição do Professor”, considerada a primeira experiência de educação, utilizando um meio de comunicação que ganhava cada vez mais espaço na sociedade. No ano seguinte o programa passou a se chamar “Um Salto para o Futuro” e foi estendido a todos os estados. Em 1995, já com o nome “Salto para o Futuro”, o programa foi incorporado ao ministério da Educação e passou a integrar a grade da TV Escola, em 1996 (SILVA, 2014, p. 92-93).

No mesmo período o MEC lançou o Programa TV Escola, atualmente em execução. Constituiu-se num canal da educação, público, do MEC, destinado aos professores, educadores, alunos e demais interessados em aprender. “A TV Escola não é um canal de divulgação de políticas públicas da educação, é uma política pública em si, com o objetivo de

subsidiar a escola e não a substituí-la. E, em hipótese alguma, substituir também ao professor” (TV ESCOLA 2016).

Afirma Nunes (2015) que o Programa TV Escola teve a sua fase de experimentação no período do mês de setembro de 1955, mas a sua operação de forma definitiva aconteceu em 4 de março de 1996; o Ministério da Educação realizou vários eventos com a possibilidade de divulgação desse Programa com ênfase para o I Workshop Nacional da TV Escola que aconteceu em Brasília entre fevereiro de 1996, com a participação de 80 profissionais das secretarias e de instituições associadas ao MEC e TVs educacionais.

O Programa passou a ser um canal com exclusividade a área da educação por via satélite Brasilsat, em circuito fechado e recepção através de antena parabólica. O TV Escola favoreceu a uma formação continuada para os professores das escolas públicas e difundiu procedimentos e conteúdos em forma de repensar escola e educação, na proposição da implementação de resultados pedagógicos, na construção de uma nova gestão escolar que tente reavaliar os profissionais da educação.

Integrava o Programa TV Escola um Kit tecnológico constituído de um televisor em cores de no mínimo 20 polegadas, um aparelho de vídeo cassete de quatro cabeças, uma antena parabólica com receptor e dez fitas de VHS. A aquisição deste aparato ocorreu através do repasse de verbas por parte do MEC, ficando a cargo das Secretarias de Educação a gerência destes equipamentos e recursos, bem como os gastos de instalação, sua manutenção e segurança, além da infraestrutura envolvendo recursos humanos e físicos (NUNES, 2015, p. 149).

O Programa passou por duas etapas em que na primeira destacou as quatro primeiras séries do ensino fundamental, favorecendo escolas com mais de 100 alunos; a segunda mudou a forma de atuação na utilização de vídeos ao ensino fundamental e médio possuindo uma programação para Escola Aberta e palestras para a formação do professor por meio do Programa Salto para o Futuro que passou a integrar esse Programa.

Em sua fase de atuação do TV Escola ocorreu a viabilização do uso do Kit tecnológico e cursos para docentes, em 2003 aconteceu a mudança das antenas analógicas para às digitais, inclusão de DVD com a programação do TV Escola. No Estado de Sergipe o Programa TV Escola teve um antecedente em seu percurso que foi o Projeto Vídeo Escola em 1989.

Atualmente, sua distribuição vai além da plataforma de comunicação baseada na televisão - satélite aberto, analógico e digital, para todo o território nacional, atingindo 15 a 20 milhões de antenas parabólicas, também pela internet, no portal tvescola.mec.gov.br, por

operadoras de TV por assinatura. “Estima-se um público potencial neste segmento de cerca de 18 milhões de assinantes” (TV ESCOLA, 2016). O próprio avanço nas tecnologias de distribuição permite que os usuários de SmartPhones e Tablets também acessem o sinal da TV Escola ao vivo através de aplicativos para aparelhos com sistema iOS e Android.

De 1995-1998 o programa distribuiu 56.506 kits para escolas em todo país, sendo gastos R\$84.856.000,00 em recursos no período. A habilitação das escolas para recebimento dos recursos destinados a esse programa se dava junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), através de assinatura de convênio diretamente pelas escolas ou por intermédio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (MEC, 1997, p. 6-7). Atualmente, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB) o programa oferece

[...] apoio técnico pedagógico, material e financeiro para a infraestrutura tecnológica de conexão, transmissão e recepção de dados, imagens, vídeos, sons e outras mídias ativas por satélites, soluções terrestres ou novas tecnologias de conexão que venham a ser desenvolvidas para a utilização pedagógicas no processo de ensino aprendizagem na educação básica. Prospecção, implementação e expansão e a integração das Tecnologias, prevendo a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de informática e outras tecnologias para a educação básica (MEC, 2014, p. 49).

Em 2013 a TV Escola foi transmitida e produzida para todo o território nacional em 27 estados, alcançando 9.500 escolas, toda a rede pública de ensino, destacando-se 4.320 horas transmitidas por satélite, por 24 horas diárias, ininterruptamente, e a produção de 3.304 programas de televisão (MEC, 2016). No ano de 2013 foi iniciado um processo de integração dos portais pedagógicos com as ações da TV Escola: Portal do Professor, Banco Internacional de Objetos Educacionais e Portal do Estudante.

Destaca Conceição (2013) que o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) foi criado com a Portaria nº 522 em 09 de abril de 1997 do Ministério da Educação com o objetivo de incentivar o uso pedagógico de informática na rede pública de ensino fundamental e médio. No período de 1980 o Ministério da Educação e Cultura, desenvolve esforços na implementação da Informática Educativa no Brasil em ações para uma política de investimentos, no campo educacional para execução de projetos de informática em escolas públicas do nosso país.

No ano de 1981 a equipe intersetorial com membros de vários setores da informática, organizou em Brasília o I Seminário Nacional de Informática na Educação com

deliberações para o uso do computador e sua integração aos professores em sala de aula, em iniciativa da adequação da informática à realidade brasileira.

No final da década de 1990, quando o Proinfo foi estruturado, pode-se dizer que as questões relativas ao impacto da Informática na Educação e na sociedade foram suplantadas pelo questionamento de como fornecer condições mínimas de acesso à tecnologia às parcelas da população menos favorecida economicamente. Esta situação define-se em duas proposições importantes: democratização do uso do computador e a contribuição que essa tecnologia pode possibilitar no processo ensino-aprendizagem (CONCEIÇÃO, 2013, p. 107).

O Proinfo passou a ser um projeto com avanços em sua organização em que diretrizes e metas ocorreram em intensa negociação e articulação entre a SEED, o Conselho Nacional de Secretarias Estaduais (CONSED) e comissões estaduais de informática na educação em agregação aos municípios e universidades da comunidade em geral e representantes como profissionais da educação, especialistas em informática da educação, pais e alunos.

Este programa tem uma subordinação à SEED e possui a meta de introduzir a informática nas instituições públicas do ensino do município e Estado por redes técnicas de produção e transmissão de informações. É centralizado nas tecnologias de telecomunicações intercedidas pelo computador e previa o atendimento de 25 mil professores com um investimento de R\$ 220 milhões em capacitação e treinamento incluindo técnicos de suporte à Informática Educativa.

O Proinfo tem o fim de gerar condições para os avanços e disseminação da Informática na Educação. Em sua etapa inicial, o Proinfo enfatizou a capacitação de recursos humanos, que precederia à instalação de equipamentos. Às capacitações iniciaram em 1997 e em dois anos o programa já havia capacitado 1.419 multiplicadores e 20.557 professores das escolas selecionadas. Em relação à infraestrutura o programa contou também no início com a aquisição de 3.025 computadores para instalação de 119 Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), nas 27 unidades federadas; 29.748 computadores para atender a 2.646 escolas e mais 100 NTE; e a instalação do Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional (CETE) na SEED. A distribuição de recursos entre as unidades da federação foi realizada conforme Quadro 1 abaixo, por região, e os critérios foram definidos em conjunto com os Estados:

Quadro 1 - Quotas de Distribuição Proinfo por Região Geográfica em 1996

REGIÃO	% Nº DE ESCOLAS > 150 ALUNOS	% NÚMERO DE MATRICULAS	MÉDIA	QUANTITATIVOS
Centro-Oeste	7,87	7,27	7,57	7.570
Nordeste	31,11	29,44	30,27	30.270
Norte	8,18	8,81	8,49	8.500
Sudeste	35,83	40,27	38,04	38.040
Sul	17,02	14,21	15,62	15.620
Brasil	100	100	100	100.000

Fonte: Adaptado MEC/SEB, 1999, p. 18.

As regiões Sudeste e Nordeste foram as que receberam mais quotas, seguidas do Sul, Norte e Centro-Oeste, respectivamente. As informações quantitativas consolidadas do programa até 2013 são as que se seguem no Quadro 2:

Quadro 2 - Informações Quantitativas Consolidadas Proinfo (1999)

REGIÃO	Nº MUNICÍPIOS	Nº ESCOLA	NTEs INSTALADOS	NTEs a INSTALAR	TOTAL NTEs	TOTAL MICROS	CAPAC. MULTIP.	CAPC. PROFES.	TOTAL CAPAC.
Centro-Oeste	74	146	12	9	21	2.413	145	1.881	2.026
Nordeste	186	509	33	28	61	8.806	459	7.368	7.827
Norte	42	144	14	12	26	2.645	150	2.204	2.354
Sudeste	382	1.535	41	36	77	11.349	455	6.292	6.747
Sul	196	312	19	15	34	4.535	210	2.812	3.022
Brasil	880	2646	119	100	219	29.748	1419	20.557	21.976

Fonte: Adaptado MEC/SEB, 1999, p. 24.

No mês de janeiro de 1999, data do documento analisado, 880 municípios já tinham sido contemplados pelo Proinfo, num total de 2646 escolas atendidas com 119 NTEs instalados e previsão para instalação de mais 100 até abril daquele ano, e 29.748 microcomputadores distribuídos. Haviam sido capacitados 1.419 multiplicadores e 20.557 professores no uso das TIC.

O funcionamento do programa acontece de forma descentralizada e cada unidade da Federação conta com uma Coordenação Estadual e com Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), dotados de infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software. O Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, regulamentou Proinfo que passou a denominasse Programa Nacional de Tecnologia Educacional, objetivando promover o uso pedagógico das TIC nas redes públicas de educação básica (FNDE, 2016).

No Relatório de Gestão da SEB de 2013 verificou-se que permanecem no escopo do programa as três frentes iniciais quando de sua criação a) distribuição de equipamentos, b) formação continuada de professores e c) produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais, sendo nesse sentido, em 2013, adquiridos 5 mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas. Uma de suas ações é uso de tablets no ensino público e entre 2012 e 2013 foram adquiridos com recursos do Governo Federal mais de 460 mil tablets, dos quais, já haviam sido entregues 400 mil aos Estados. Quanto à formação continuada docente, até 2013, já tinham sido formados pelo programa 34.322 professores para o uso das tecnologias na educação.

Suscitamos a importância de pesquisas que tenham como objeto demais ações desse programa como o Projeto um computador por aluno (UCA), Programa um computador por aluno (PROUCA), Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), Proinfo Urbano, Proinfo Rural e Proinfo Integrado.

Constatou-se na investigação que o Governo Federal tem mantido parcerias no âmbito dos macroprocessos finalísticos, entre eles o de monitoramento e avaliação das políticas, com instituições governamentais e externas, que condizem com o caráter neoliberal das políticas implementadas nas últimas décadas. Assim, de modo geral, na Educação Básica os parceiros mais envolvidos são a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Conselho Nacional dos Dirigentes Estaduais de Educação, que discutem sobre problemas ou o não cumprimento das metas de políticas públicas; o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação parceiro em praticamente todas as iniciativas, sendo o executor de grande parte das ações desenvolvidas; os entes federados: municípios, estados e distrito federal, que aderem voluntariamente as ações (MEC, 2014, p. 34).

No entanto, outros parceiros são citados no relatório, em particular, organismos internacionais, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Ambos responsáveis pela contratação de consultores (pessoas físicas) na modalidade “Produto” no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. Constatamos serem esses processos propensos objetos para investigações futuras no campo educacional.

Considerações Finais

Pela via da pesquisa qualitativa, a análise aqui empreendida constatou que o Brasil passou a adotar a inclusão das TIC na educação através de políticas públicas decisivamente na

década de 1990, não apenas devido às mudanças constitucionais, mas também influenciado pelo novo paradigma produtivo de gestão, explicitado por Ball (2001).

É preciso considerar que se iniciava um contexto marcadamente influenciado por políticas neoliberais que se caracterizam, entre outros aspectos, pela regulação do Estado mínimo, controle dos gastos públicos, descentralização de execução das políticas, intensificação das avaliações da eficiência e eficácia governamental e fortalecimento das parcerias público-privadas e com organismos internacionais, sendo esses últimos orientadores de mudanças estruturais em diversos setores.

Dentre essas políticas ressaltou-se a criação e a trajetória dos programas TV Escola e Proinfo, voltados para o uso das tecnologias na educação, que incorporam no seu escopo ações que envolvem distribuição de equipamentos, instalações de núcleos de estudo e pesquisa, capacitação docente e a distribuição por plataformas tecnológicas, entre elas, TV e internet, de diversos tipos de materiais pedagógicos que beneficiam o trabalho dos professores e a aprendizagem dos alunos. Evidencia-se que são dois importantes programas que, para além das mudanças de governos, permanecem e consolidaram-se mantendo o foco principal de adotar o uso das TIC nos diversos processos que se desenvolvem na educação nacional, configurando-se em ações estratégicas do Governo federal voltadas para esse fim, merecendo investigações particulares. Nesse aspecto ao longo desse estudo apontamos para possibilidades de futuras pesquisas, a respeito de diversas ações que são desenvolvidas pelo Proinfo, das parcerias público-privado e da ingerências dos organismos internacionais nesse programa.

A trajetória desses programas tem implicado sua ressignificação ao longo da história e potencializa a discussão da sua importância na educação e reflete as mudanças ocorridas na visão de mundo que se instala na educação e alteraram contínua e significativamente os processos que se desenvolvem na sociedade, notadamente de socialização, política e formação humana, entre outros, e que incorporam com crescente intensidade o uso das TIC.

Referências

BALL, Stephen J.. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação**. Currículo sem fronteiras, v.1, n.2, pp.99/116, Jul/Dez 2001.

BALL, Stephen J.. **Education reform: acritical and post-structural approach**. Bucking: open University Press.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833 (Alterada pela Medida Provisória nº 746, de 22 de Setembro de 2016).

BRASIL. **Relatório de gestão: 1996-1998**. Brasília: SEED, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/relatividades/RelatorioGestaoSEED96-98.pdf>>. Acesso em 01 jun.2016.

BRASIL. **Relatório de gestão do exercício de 2013**. Brasília: SEB, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15992-relatorio-gestao-exercicio-2013-seb-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 01 jun.2016.

BRASIL. Proinfo. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>>. Acesso em: 01 jun.2016.

CONCEIÇÃO, Sheilla Silva da. **Informática educacional na Rede Pública de Ensino Estadual: o PROINFO em Aracaju-SE**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

HETKOWSKI, Tânia Maria. Políticas públicas educacionais e as influências neoliberais. In: MERCADO, Luis Paulo Leopoldo; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da (Org.). **Formação do pesquisador em educação: profissionalização docente, políticas públicas, trabalho e pesquisa**. Maceió: EDUFAL, 2007.

LYOTARD, J. F. (1984). **The postmodern condition: A Reporto on Knowledge**. (vol. 10). Manchester: Manchester University Press.

MOTA JR, William Pessoa; MAUÉS, Olgaíses Cabral. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. **Informática aplicada à educação**. Brasília: UnB, 2007.

NUNES, Andréa Karla Ferreira. **Políticas públicas e TIC na educação: DITE Sergipe 1994 a 2007**. Aracaju: EDUNIT, 2015. 256 p. : il. : 23cm.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2008c. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Maria Léa Guimarães da. **A inclusão digital nas políticas de inserção das Tecnologias de Informação na Educação: o discurso e prática dos curso de formação de professores**. 182 f.

(Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Pós-graduação em Educação. Salvador, 2014.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de. EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Recebido em 20 de outubro 2016
Aceito em 15 de janeiro 2017